



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Engenharia

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO atesta para os devidos fins que a empresa C. DIAS – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.672.499/0001-46, situada na avenida segunda avenida, s/n, quadra 1B, lote 042E, pvtº 2, apto 6, bairro Cidade Cruz, Aparecida de Goiânia/GO, prestou os serviços abaixo especificados no Pregão Eletrônico 04/2015.

Material a ser fornecido, montado e instalado: Divisória Articulada Acústica, contendo as seguintes características:

Contraplacamento	Painéis cegos confeccionados em MDF com 15 mm de espessura
Revestimento do painel	Chapas duras de laminado melamínico de baixa pressão (BP) cor branco gelo
Espessura do painel	Mínimo de 80 mm e máximo de 100 mm
Revestimento interno (miolo) acústico	Mantas de lã de rocha
Atenuação acústica	Mínimo de 42 db em 100 Hz
Estrutura interna (Chassis dos painéis)	Aço com tratamento anti-vibração e anti-corrosão
Roldanas	Sistema duplo de roldanas
Mecanismo interno de vedação (pisso, teto)	Chave individual tipo 1/4 ou 1/2 volta
Trilhos	Alumínio anodizado ou pintado com estrutura para fixação em lajes e/ou vigas
Perfis	Alumínio anodizado ou pintado

Atestamos que tais fornecimentos e instalações foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Atenciosamente,

Cristiano Carneiro da Fonseca

Cristiano Carneiro da Fonseca
Analista Judiciário - TRT 3ª Região
Diretoria de Engenharia

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2018

1. Documento: 30642-2015-1

1.1. Dados do Protocolo

Número: 30642/2015

Situação: Ativo

Tipo Documento: Contrato de fornecimento

Assunto: Vidro/Persiana/Divisória

Unidade Protocoladora: SCONT - Secao de Contratos

Data de Entrada: 28/10/2015

Localização Atual: SLDC - Secao de Liq.de Despesas de Custeio

Cadastrado pelo usuário: RAFAELAO

Data de Inclusão: 03/11/2015 11:36

Descrição: Contrato 15FR027 celebrado com a empresa C Dias - EPP, em decorrência do PRE 04/2015, para fornecimento de divisórias articuladas acústicas.

1.2. Dados do Documento

Número: 30642-2015-1

Nome: Contrato 15FR027.pdf

Incluído Por: Secao de Contratos

Cadastrado pelo Usuário: CLARISFI

Data de Inclusão: 29/10/2015 13:27

Descrição: Contrato 15FR027

1.3. Assinaturas no documento

Assinador	Tipo	Data
Clarissa Fabregas Inacio	Autenticado	29/10/2015 13:27

Documento Gerado em 09/11/2015 16:01:56

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

55 FR 0 2 7

SUP - TRT 3ª REGIÃO	
Nº	30642/2015
Em	28/10/15
Rec.	
ASSINATURA	

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA C DIAS - EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS ARTICULADAS ACÚSTICAS NO PRÉDIO DA AVENIDA DO CONTORNO, 4631, EM BELO HORIZONTE - MG

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Ricardo Oliveira Marques, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG 6.951.509, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 796.480.706-44, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria TRT/GP 04/2014 de 02 de janeiro de 2014, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06 de janeiro de 2014, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa C DIAS - EPP, CNPJ 01.672.499/0001-46, estabelecida na Rua F-47, Quadra 73, Lote 21, nº 404, Loteamento Façalville, em Goiânia - GO, neste ato representada por Cleilson Dias, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M-7.833.710, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 034.757.907-85, resolvem firmar o presente contrato, conforme o Pregão Eletrônico 04/2015, Processo e-PAD 5059/2015, regido pelo Decreto 5.450/05, e Leis 10.520/02, 8.666/93 e 12.846/13, aplicadas subsidiariamente, legislação complementar e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de 11,11 m² (4,73 m x 2,35 m) de Divisórias Articuladas Acústicas, devidamente montadas e instaladas, prontas para o uso, bem como fornecimento e instalação de 0,41 m² (0,28 m x 1,45 m) de Divisórias Acústicas fixas, marca Arkflex, modelo Articulada, objetivando proporcionar a flexibilização na utilização do espaço existente no 10º andar do edifício situado na Avenida do Contorno, 4631, nesta Capital, na conformidade da especificação constante do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 04/2015, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Primeiro: Os materiais deverão ser entregues, montados e instalados no 10º andar do edifício localizado na Avenida do Contorno, 4631, Bairro Serra, em Belo Horizonte – MG, devendo a divisória articulada acústica conter as seguintes características:

Contraplacamento	Painéis cegos confeccionados em MDF com 15 mm de espessura
Revestimento do painel	Chapas duras de laminado melamínico de baixa pressão (BP) cor branco gelo
Espessura do painel	Mínimo de 80 mm e máximo de 100 mm
Revestimento interno (miolo) acústico	Mantas de lã de rocha
Atenuação acústica	Mínimo de 42 db em 100 Hz
Estrutura interna (Chassis dos painéis)	Aço com tratamento anti-vibração e anti-corrosão
Roldanas	Sistema duplo de roldanas
Mecanismo interno de vedação (piso, teto)	Chave individual tipo 1/4 ou 1/2 volta
Trilhos	Alumínio anodizado ou pintado com estrutura para fixação em lajes e/ou vigas
Perfis	Alumínio anodizado ou pintado

Parágrafo Segundo: O armazenamento dos painéis individuais deverá ser feito de acordo com a necessidade e disponibilidade do ambiente, de forma a ocupar a menor área possível.

Parágrafo Terceiro: A localização, modulação e as dimensões dos painéis deverão seguir o disposto nos desenhos fornecidos pelo CONTRATANTE, a quem caberá a aprovação prévia de quaisquer alterações em relação à modulação e à dimensão dos painéis para melhor adequação técnica do projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Os serviços serão contratados para execução indireta, em regime de empreitada por preço global, na forma deste contrato, obedecendo, integralmente, às especificações e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE e integrantes da proposta da CONTRATADA referente ao Pregão Eletrônico 04/2015, que integram este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Parágrafo Primeiro: Os serviços serão executados de modo a não interferir ou interromper o andamento normal das





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

atividades dos setores do CONTRATANTE devendo ser executados, em sua maioria, em períodos noturnos e em finais de semana. Alguns serviços poderão ser prestados durante os dias úteis, desde que não provoquem ruídos excessivos, poeira, sujeira ou qualquer outro tipo de transtorno que prejudique as atividades ali laboradas.

Parágrafo Segundo: Toda a mão de obra utilizada, bem como todos os materiais, salvo os dispostos em contrário nesta especificação de serviços, serão fornecidos pela CONTRATADA, devendo a execução de todos os serviços e componentes utilizados obedecer às normas da ABNT. A mão de obra a empregar será de primeira qualidade e o acabamento esmerado.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deverá disponibilizar EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) apropriados às diversas tarefas e seguir todos os cuidados e precauções recomendados para evitar acidentes e danos às instalações do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: Deverá ser prevista a recomposição de todos os acabamentos que vierem a sofrer danificação oriunda dos serviços de instalação, tais como: cortes de esquadrias, fachadas e alvenarias, perfuração nas paredes, quebras de pisos e forros, etc.

Parágrafo Quinto: Antes de iniciar o serviço, a CONTRATADA deverá fornecer à Secretaria de Engenharia, com antecedência de pelo menos 48 horas, os nomes dos funcionários que irão trabalhar nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS:

O prazo máximo para a execução dos serviços objeto deste contrato, a ser observado pela CONTRATADA, é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço pela Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao gestor do contrato solicitação de prorrogação de prazo de entrega, constando o motivo do não cumprimento do prazo, e o novo prazo previsto para entrega.

Parágrafo Segundo: A solicitação de prorrogação do prazo de entrega de que trata o Parágrafo Primeiro desta Cláusula deverá ser instruída com comprovação da alegação da CONTRATADA, por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Terceiro: A solicitação de prorrogação de prazo apresentada pela CONTRATADA será analisada pelo CONTRATANTE, na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à CONTRATADA da decisão proferida, sendo certo que, sendo negada a solicitação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega, caso não cumpra o prazo inicialmente fixado.

CLÁUSULA QUARTA
DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

Os bens e/ou serviços objeto deste contrato serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, pelo fiscal do contrato, após sua conferência minuciosa.

Parágrafo Único: O recebimento definitivo será feito pelo gestor do contrato ou servidor por ele indicado, mediante termo circunstanciado, que poderá ser substituído pela nota fiscal ou documento equivalente, depois de comprovada a adequação da execução aos termos contratuais, até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PREÇOS:

O preço total para fornecimento dos materiais e execução dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA para o Pregão Eletrônico 04/2015, estando nele incluídos todos os tributos, bem como quaisquer outras despesas que venham incidir sobre o objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: O preço cotado somente poderá ser reajustado se observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, nos termos do art. 28 da Lei 9.069/95 c/c art. 2º da Lei 10.192/01, mediante negociação entre as partes, pela aplicação do menor dos seguintes índices: IPC-A/IBGE, IGP-M/FGV e INPC ou outro índice que melhor represente a variação de valores no período, estabelecido em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas com o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, por meio da verba PTRES 084963-449052 e Nota de Empenho 2015NE001495 emitida em 07 de outubro de 2015 pelo CONTRATANTE.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO:

Pelos serviços descritos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais), cujo pagamento será efetuado em parcela única, após a completa execução dos serviços e seu recebimento definitivo, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal ou Fatura em reais que, após atestada a execução e aceitação dos serviços pela Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo, através da emissão de Ordem Bancária, em favor da Conta Corrente 10987-8, Agência 1242-4, do Banco do Brasil S/A, em nome da CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

Parágrafo Primeiro: A aceitação dos serviços somente será efetivada após medição final, no local dos serviços, juntamente com representante da CONTRATADA, sendo facultado ao CONTRATANTE o direito de não efetivar o pagamento se no ato da aceitação ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou a execução em desacordo com as especificações apresentadas pelo CONTRATANTE, em cuja hipótese os pagamentos retidos não sofrerão qualquer reajuste.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Terceiro: Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular para com a Fazenda Pública Federal, por meio de Certidão Unificada (Portaria MF 358/2014), o FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada pela Secretaria de Orçamento para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no edital. Nesta oportunidade também será verificada a situação cadastral junto ao SICAF e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CNJ/CGU).

Parágrafo Quarto: Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, fará incidir juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, apurados de forma simples e *pro rata die*, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPC-A/IBGE, *pro rata die*.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Quinto: Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

CLÁUSULA OITAVA
DA GARANTIA:

A CONTRATADA se obriga a prestar garantia dos serviços pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do seu recebimento definitivo, devendo neste prazo recuperar ou refazer quaisquer serviços, ou substituir às suas expensas qualquer material que apresente vícios de fabricação ou de má execução, excetuando-se defeitos decorrentes de mau uso.

Parágrafo Único: Os documentos para exercício da garantia - Certificado de Garantia, fornecido pelo fabricante, ou o Termo de Garantia firmado pela CONTRATADA - devem acompanhar os produtos no momento da entrega, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 04/2015 e neste Contrato para os casos de descumprimento contratual.

CLÁUSULA NONA
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) proporcionar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos por ela solicitadas;
- b) prover todas as facilidades de forma a possibilitar o bom cumprimento de suas obrigações contratuais, e assegurar ao pessoal da CONTRATADA o livre acesso às instalações para a plena execução deste ajuste;
- c) proceder à fiscalização dos materiais e/ou serviços objeto deste contrato, e na hipótese de necessidade, notificar a CONTRATADA e devolver os bens que não estiverem em conformidade com o pedido e/ou a qualidade desejável;
- d) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas;
- e) fornecer atestados de Capacidade Técnica, a pedido da CONTRATADA, desde que a mesma demonstre o bom cumprimento de suas obrigações contratuais;
- f) exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, comunicando imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato e seu saneamento, após regularização.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade do serviço prestado, mantendo durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. Se, no decorrer da vigência do contrato, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CONTRATADA a refazê-los, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se obriga, ainda, a:

- a) providenciar embalagem apropriada para os bens, de maneira que sejam entregues sem quaisquer danos decorrentes de transporte e/ou manuseio;
- b) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega dos materiais e serviços solicitados, bem como também pelos riscos decorrentes de perdas e danos até o efetivo recebimento do material pela CONTRATANTE;
- c) substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação de irregularidade, o material e/ou serviço entregue e não aceito pelo CONTRATANTE, em virtude de irregularidades e/ou defeitos, responsabilizando-se integralmente, por todas as despesas decorrentes desta substituição;
- d) executar fielmente os serviços, através de profissionais capacitados e legalmente habilitados, responsabilizando-se pela sua qualidade, execução e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observando os prazos programados para sua realização;
- e) promover a limpeza de toda área afetada pelo serviço, com remoção de entulho, remoção de poeira e demais elementos oriundos da execução dos serviços, após a execução de cada serviço, ou mediante solicitação do CONTRATANTE;
- f) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando constatar a ocorrência ou a iminência de fatos que tornem inexecúvel total ou parcialmente a execução do pedido, e apresentar proposta alternativa, a qual será avaliada pela CONTRATANTE;
- g) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente às dependências e equipamentos do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sendo obrigada a arcar, por sua conta exclusiva, com os reparos necessários;
- h) responder civil e penalmente por danos causados pela inexecução parcial ou total dos serviços contratados;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

- i) respeitar as normas em vigor relativas à medicina e segurança do trabalho, durante a execução dos serviços objeto deste contrato;
- j) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a contratação de mão de obra especializada necessária à perfeita execução do serviço de montagem e instalação das divisórias;
- k) abster-se de transferir responsabilidades para outros entes, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc., podendo o CONTRATANTE admitir subempreiteiros da CONTRATADA, a serem submetidos à sua prévia aprovação, sem que, entretanto, tal ato implique em qualquer aceitação de transferência de responsabilidades;
- l) observar e aplicar, no que couber, os critérios de sustentabilidade do Guia de Contratações Sustentáveis, aprovado pela Resolução nº 103/2012 do CSJT.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA se obriga, durante toda a vigência do contrato, a informar ao CONTRATANTE qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA VIGÊNCIA:

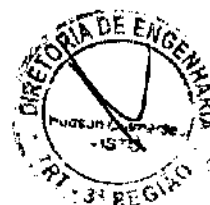
O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme conveniência das partes, até o limite permitido em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA FISCALIZAÇÃO:

Atuará como gestor deste ajuste, nos termos da Instrução Normativa TRT nº 07/2013, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Secretário de Engenharia do CONTRATANTE, ou servidor por ele designado.

Parágrafo Primeiro: A execução dos serviços objeto deste contrato será fiscalizada por servidor vinculado à Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, devidamente indicado pela autoridade competente e formalmente comunicado à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Terceiro: Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e refazer todos os trabalhos rejeitados pela fiscalização, imediatamente após o recebimento da comunicação correspondente, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS PENALIDADES:

Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da prestação ou fornecimento em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento de prazos previstos neste contrato para compromissos assumidos;
- b) multa por inexecução contratual parcial de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;
- c) multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;
- d) multa por inexecução contratual total de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: Nos termos da Lei n.º 12.846/13, a CONTRATADA estará sujeita à responsabilização objetiva administrativa e civil pela prática de atos lesivos previstos na referida Lei contra a administração pública, nacional e estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Parágrafo Segundo: Na hipótese da CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão Eletrônico 04/2015, neste contrato e demais cominações legais.

Parágrafo Terceiro: As penalidades





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

pecuniárias descritas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

Parágrafo Quinto: Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas nesta cláusula poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA RESCISÃO:

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, na forma do Art. 77, da Lei 8.666/93, constituindo motivo para rescisão aqueles previstos no Art. 78 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO:

Fica eleito o Foro da Justiça Federal nesta Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraído-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2015.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO

Ricardo Oliveira Marques
Diretor-Geral

C. DIAS EPP
(Persianas Planeta)

C. DIAS EPP
CNPJ: 01.672.499/0001-46
Fone: (61) 3289-7411

